



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas, Conselho de Administração e Diretoria Executiva da

GÁS DE ALAGOAS S/A - ALGÁS

Maceió – Alagoas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **GÁS DE ALAGOAS S/A - ALGÁS** (“**Companhia**” ou “**ALGÁS**”), que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2021** e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **GÁS DE ALAGOAS S/A - ALGÁS**, em **31 de dezembro de 2021**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

(a) Impactos causados pela pandemia da COVID-19

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1, no tocante aos efeitos do COVID-19 sobre as demonstrações financeiras. A Administração da **Companhia** entende que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021, e como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante e redução de custos, a Companhia, estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo, deste modo, o pressuposto de *going concern* foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras findas naquela data. Nossa opinião não está ressalvada quanto a esse assunto.

(b) Contingência Passiva – Contrato de Suprimento de Gás

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 16 “b”, pois a Companhia possui litígio com a Petróleo Brasileiro S/A, referente ao suprimento de gás sem contrato durante o período de 01 de janeiro de 2022 a 04 de fevereiro de 2022, o qual foi fornecido mediante liminar judicial concedida em favor da ALGÁS, e a Companhia considera não ser provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar essa obrigação. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

(c) Benefício Fiscal IRPJ - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 24, pois a Companhia possui o benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, em função da capacidade instalada do empreendimento, por um prazo de 10 anos, contados a partir do ano calendário de 2019 e se encerrando em 31 de dezembro de 2028, conforme Laudo Constitutivo 0135, de 29 de novembro de 2019, da SUDENE. Nossa opinião não está ressalvada quanto a esse assunto.

(d) Transações com partes relacionadas

Conforme mencionada nas notas explicativas nºs 11 e 26, a Companhia possuía transações significativas com partes relacionadas, em especial a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), decorrentes essencialmente de compra de gás natural, e que por sua vez era o único fornecedor do referido produto para a **GÁS DE ALAGOAS S/A - ALGÁS**. Ressalte-se que em 31 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou contrato na modalidade Firme Inflexível com a empresa Origem Energia Alagoas S.A. para aquisição de gás natural, formalizando uma Quantidade Diária Contratual (QDC) de 640 mil m³/dia, com eficácia a partir da data de fechamento do SPA e vigência até 31 de dezembro de 2024. O valor estimado do contrato é de R\$ 1.260.000 mil. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

(e) Evento subsequente – Guerra na Ucrânia

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 31, quanto ao fato das incertezas acerca do conflito decorrente da invasão da Rússia a Ucrânia na economia global e os desafios dos Bancos Centrais considerando que sanções tão abrangentes nunca foram aplicadas a um país tão interconectado na economia mundial como a Rússia e, diante da importância dos russos na produção de gás e petróleo, e seus efeitos inflacionários. A Companhia está monitorando as repercussões desse conflito e seus impactos na economia mundial, brasileira e no mercado que atua. Nossa opinião não está ressalvada quanto a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria correspondente ao exercício anterior

Os valores referentes ao balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações do resultado e dos resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido referentes ao exercício findo naquela data, que estão sendo apresentadas pela Administração da **Companhia** como informações suplementares e comparativas, foram por nós revisadas e sobre as quais emitimos opinião sem modificação, datado em 27 de fevereiro de 2021, e com ênfases sobre Benefício Fiscal IRPJ - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), transações com



partes relacionadas de compra de gás natura e os efeitos do COVID-19 nas demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado, do exercício findo naquela data, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no referido Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da **Companhia** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Companhia** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Companhia** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Companhia** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Companhia**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **Companhia** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió/AL, 25 de março de 2022.

CONVICTA
Auditores Independentes S/S
CRC/AL nº 196 - CVM nº 7.706 – CNAI-PJ nº 62


Carlos Henrique do Nascimento
Contador
CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594

